

**O PAPEL DA COMEMORAÇÃO NA  
CONSTRUÇÃO DE D. PEDRO II NA  
REVISTA DO IHGB - 1925<sup>1</sup>**

LEANDRO ANTONIO DA SILVA\*   
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO  
DE MESQUITA FILHO, FRANCA, SÃO  
PAULO, BRASIL

**RESUMO**

No ano de 1925, várias regiões e instituições do país comemoravam o centenário de nascimento de D. Pedro II. Dentre as instituições e os periódicos da imprensa, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico (RIHGB) organizou um volume comemorativo que, ao compilar e publicar inúmeros textos de periódicos, tecia uma narrativa memorial e historiográfica com o intuito de inscrever a memória/história do Império e do Imperador na República. O presente artigo pretende investigar o papel dessa comemoração na construção de D. Pedro II e do Segundo Reinado, em 1925. Para isso, foi adotada a noção de operação historiográfica como categoria de análise das narrativas que atuaram nessa construção histórica da RIHGB. A partir dessa pesquisa, apresentamos as intencionalidades, o impacto e a qualidade dessa comemoração, que consistiu em um empreendimento no qual buscou selecionar no passado monárquico imagens, fatos, circunstâncias e valores ao presente da República.

**Palavras-chave:** comemoração; RIHGB; D. Pedro II.

**ABSTRACT**

In 1925, several regions and institutions in the country celebrated the centenary of the birth of D. Pedro II. Among the institutions and periodicals of the press, the Revista do Instituto Histórico e Geográfico (RIHGB) organized a commemorative volume that, by compiling and publishing numerous texts from periodicals, wove a memorial and historiographical narrative with the intention of inscribing the memory/history of the Empire and the Emperor in the Republic. This article intends to investigate the role of this commemoration in the construction of D. Pedro II and the Second Empire, in 1925. For this, the notion of historiographical operation will be adopted as a category of analysis of the narratives that acted in this historical construction of the RIHGB. Based on this research, we present the intentions, impact and quality of this commemoration, which consisted of an undertaking in which it sought to select images, facts, circumstances and values from the monarchical past for that present in the Republic.

**Keywords:** celebration; RIHGB; D. Pedro II.

<sup>1</sup> O presente texto é um desdobramento de discussões e reuniões em conjunto com a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Anhezini de Araujo, minha orientadora, e o Prof. Dr. Thiago Augusto Modesto Rudi, meu colega e coorientador neste trabalho. Pessoas queridas que agradeço por pensarem os problemas, os caminhos e as soluções pertinentes à escrita do texto.

\* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: [leandro.antonio@unesp.br](mailto:leandro.antonio@unesp.br)

## INTRODUÇÃO

Bem merece a efeméride que hoje passa a Comemoração que lhe tributa o povo brasileiro, de cujos sentidos de carinhosa saudade e gratidão se faz *O Jornal* o legítimo interprete.

Transcorre neste dia a data centenária do nascimento de um dos mais lidímos representantes da realeza do passado do saudoso Chefe da Nação Brasileira, do bom e magnânimo monarca, senhor D. Pedro II, que por mais de meio século conduziu nossa grande Patria pelo caminho da honra e do progresso, fazendo-a amada, respeitada e admirada de todas as nações civilizadas.

O excerto foi extraído da *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro* (RIHGB), publicado em 2 de dezembro de 1925, de autoria de Antônio Candido Rodrigues (1850-1934). Dentre os diversos periódicos, a Revista<sup>2</sup> reuniu o número especial de *O Jornal* sobre D. Pedro II (1825-1891) em comemoração ao centenário de seu nascimento, em 1925. O texto intitulado “O maior dos brasileiros” sintetiza um momento singular da história do Brasil, em que o regime republicano, implantado em 1889, comemora o centenário de nascimento de D. Pedro II, tido como um dos maiores representantes da Monarquia no Brasil durante o século XIX. Para Candido Rodrigues, a memória do Imperador ficou impressa no “coração do povo brasileiro”, cultuado como uma exemplaridade de vida, amigo e arauto de seu povo, concebido como um grande vulto do século em que viveu.

Esse caráter comemorativo perpassa todo o volume da Revista<sup>3</sup>, tomo 98, que apresenta diversos textos dedicados a D. Pedro II e ao Segundo Reinado. Para além da RIHGB, diversas instituições da capital federal comemoravam o Imperador, como o Colégio Pedro II, o Instituto Benjamin Constant, a Catedral Metropolitana, a Sociedade de Geografia e a Estrada de Ferro Central do Brasil e o próprio IHGB<sup>4</sup>. Não se concentrando no Rio de Janeiro, houve ampla comemoração em Belo Horizonte, pela Academia Brasileira de Letras e a Sociedade Mineira de Belas Artes, em Juiz de Fora, no Museu Mariano Procópio, nos Institutos Históricos Regionais, como em Curitiba, Belém e outros. Essa mobilização com vistas à comemoração, além de se concentrar nas instituições de cunho literário, artístico e científico, também esteve presente de forma maciça nas publicações pela imprensa regional de diversas partes do país<sup>5</sup>.

As “políticas comemorativas” se configuraram como um símbolo de “enquadramento da memória”, mobilizada por órgãos civis, comissões estatais e veiculadas pela imprensa<sup>6</sup>.

2 A palavra “Revista” remete à *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro* (RIHGB).

3 RODRIGUES, A. C. O maior dos brasileiros. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 11-13.

4 FAGUNDES, L. P. *Do exílio ao Panteão*: D. Pedro II e seu reinado sob olhares Republicanos. Curitiba: Prismas, 2017; SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

5 FAGUNDES, 2017, p. 297.

6 BONALDO, R. B. *Comemorações e efemérides*: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014. p. 63.

Considerando o Brasil, mais precisamente o Segundo Reinado (1840-1889), as celebrações de caráter cívico se tornaram tradicionais, era preciso oficializar e selecionar datas “memoráveis” e organizar festejos, empreendimento feito por “associações civis” e propagada pela imprensa<sup>7</sup>. Na República, as comemorações continuavam, a exemplo, destaca-se a comemoração do centenário de D. Pedro II, um grande movimento que esteve presente em inúmeras instituições e periódicos regionais de várias partes do país em pleno regime republicano.

Assim, de forma singular ao contexto histórico e social republicano brasileiro de 1925, cabe indagar acerca dos significados do ato comemorativo em prol do centenário de nascimento de D. Pedro II. Quais os sentidos dessa comemoração e qual o papel que ela desempenhou em 1925? À luz da noção de *operação historiográfica*, será feita uma investigação acerca do papel da comemoração na construção de D. Pedro II e do Segundo Reinado, a partir da análise das principais narrativas selecionadas e reunidas pela RIHGB — trata-se de um volume composto de escritos biográficos, homenagens e elogios ao Imperador. Partindo da problemática entre memória e história<sup>8</sup>, o objetivo deste artigo é analisar esse fenômeno comemorativo do centenário de nascimento de D. Pedro II na República a partir do IHGB, particularmente pelas narrativas reunidas no número 152 da RIHGB<sup>9</sup>.

## DO OITOCENTOS À REPÚBLICA: OS ESCRITOS BIOGRÁFICOS E O SURGIMENTO DO VOLUME COMEMORATIVO NO IHGB

Criada em 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* empreendeu um papel fulcral na produção da escrita e difusão do saber histórico. “Os fundamentos de uma historiografia com preocupações nacionais no Brasil” estão articulados com a publicação desse periódico<sup>10</sup>. Conjuntamente ao IHGB, fundado um ano antes, em 1838, a Revista, criada em 1839, guardava o propósito de consolidar o Império no que tange à confecção de uma escrita da história, isto é, comprometida com o projeto nacional de modo a cumprir com os interesses do Estado Imperial do Brasil. Esse periódico significou para o século XIX um “fórum privilegiado

7 BONALDO, 2014, p. 64.

8 Sobre as noções de memória e história, tomamos ambas, neste artigo, pelos seus pontos de intersecção, considerando que pelas narrativas apresentadas na Revista a memória se confunde com a história e vice-versa (RICOEUR, P. *A memória, a história, e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007).

9 RODRIGUES, 1927.

10 GUIMARÃES, M. L. S. A Revista do IHGB e Os Temas de Sua Historiografia: Fazendo A História nacional. In: WEHLING, A. (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p. 23.

do debate político-intelectual”<sup>11</sup>, ou seja, a RIHGB esteve em um espaço privilegiado e desempenhou um papel central no cenário brasileiro durante esse século.

O periódico era responsável por publicar os empreendimentos intelectuais realizados pela corporação, como as memórias dos membros que tiveram maior destaque, não só para a história, mas para a geografia do Brasil, e ali eram publicados notícias e extratos dessas mesmas áreas do conhecimento, obras literárias, biografias, memórias, elogios fúnebres destinados aos próprios membros do IHGB e às autoridades políticas ou administradores do período colonial<sup>12</sup>. Esse veículo impresso se beneficiou dos auxílios da pessoa de D. Pedro II, que, além da Revista, financiava o Instituto Histórico com verbas extras. A meta da “Casa Nacional da Memória”<sup>13</sup> era construir um passado único e coerente, muito bem moldado aos interesses do Império e do Imperador, o que também contribuiu para a ideia de “retórica da nacionalidade”, entendida como conjunto de estratégias discursivas muito bem elaboradas na tentativa de convencer os brasileiros de que compartilhavam entre si um mesmo passado, uma mesma origem e identidade<sup>14</sup>. O esforço se concentrava em relacionar o presente e o futuro ao passado, ou seja, havia uma demanda em oferecer sustentáculo ao projeto de consolidação e legitimação do Império.

Ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), a agremiação intelectual foi um lugar interessado na construção da memória do Império, por meio da história do Brasil, e dedicou-se na fabricação da imagem real ao longo dos Oitocentos, isto é, o IHGB se empenhou na construção simbólica da figura pública do monarca. D. Pedro II era tratado nos relatórios pela sua exemplaridade, virtude, bondade e sabedoria. Desde criança, o monarca comparecia nas sessões magnas que ocorriam anualmente, em que participava e discutia as questões abordadas, havia uma relação harmoniosa entre a agremiação e o seu protetor. A edição e seleção dos conteúdos na Revista no Oitocentos era caracterizada pelo compromisso com as bases do projeto político em decorrência da “militância intelectual homogênea”<sup>15</sup>, reforçando mais uma vez os fortes laços de fidelidade entre o Instituto e o Imperador. A projeção do “Príncipe Perfeito” se operou em grande parte pelos partícipes do Instituto, concedendo a D. Pedro II a função de “conciliador

11 GUIMARÃES, 1989, p. 23.

12 BENTIVOGLIO, J. C. A História no Brasil Imperial: A produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História: Questões & Debates*, v. 63, n. 2, 2015; GUIMARÃES, L. M. P. Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, C. A.; BENTIVOGLIO, J. (org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Vitória: Milfontes, 2017. v. 1. p. 26-45.

13 GUIMARÃES, L. M. P. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

14 CEZAR, T. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

15 GUIMARÃES, 2011, p. 155.

e amante das letras<sup>16</sup>, representação essa que se deu pela fabricação de uma memória voltada à política imperial.

Mesmo na República, dado algumas mudanças que se refletiram no uso de novas práticas e novos procedimentos de narrar a história no Instituto Histórico, não se apagou a majestática figura do Imperador. O regime monárquico não se apresentava como um passado esquecido, e o monarca, por mais que não atuasse na agremiação, continuava presente na memória dos sócios do reduto intelectual. O discurso da história, propagado com tradição e autoridade modulava “as apreensões do tempo e se inscrevia como fonte de múltiplos usos nos quadros da vida política de um país que se via às voltas com a tarefa de dar novos sentidos à nacionalidade<sup>17</sup>. A agremiação intelectual guardava o seu comprometimento em formar uma “consciência cívica” por meio das formas exemplares de “figuração do passado”, sobretudo a partir da escrita biográfica<sup>18</sup>.

As escritas biográficas traziam as vidas de “brasileiros ilustres” que concentravam valores de uma coletividade do Oitocentos contemplados pelas suas notabilidades e exemplaridades morais, suas vidas deveriam ser narradas para escapar do esquecimento produzido pelo tempo para guiar na coletividade as ações e condutas no presente. Tal escrita assume um sentido “encomiástico” e memorialístico<sup>19</sup> que adquiriu uma “dimensão de uma tarefa monumental e coletiva”. No decorrer do Oitocentos, formou-se um *panteon* de homens ilustres, assim, as biografias desses brasileiros traziam registros modulares e singulares de vidas para um tempo histórico, por meio de elogios e virtudes morais que serviam de modelo para o presente, pois o intuito é “a fixação da memória das suas ações exemplares para a posteridade<sup>20</sup>. Na República, as biografias continuavam sendo formas discursivas essenciais para narrar o passado, “não apenas pelo volume em que ainda eram publicadas, mas, sobretudo, por disponibilizar temas que expressavam boa parte das inquietações dos letrados em relação ao futuro da escrita da história<sup>21</sup>.

A publicação do volume comemorativo do centenário de D. Pedro II da Revista do IHGB, composto por vários escritos biográficos, é um exemplo da persistência desse modelo de escrita biográfica na República. Em 1925, a agremiação, em parceria com a imprensa carioca, dedicou-se

16 GUIMARÃES, 2011, p. 156.

17 AVELAR, A. de S. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 2020. p. 401.

18 AVELAR, 2020, p. 402.

19 OLIVEIRA, M. da G. de. Biografia e história magistral vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil Oitocentista. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, dez. 2015. p. 279.

20 OLIVEIRA, 2015, p. 280.

21 AVELAR, 2020, p. 405.

à publicação do extenso material sobre o Imperador e seu reinado. O volume comemorativo da RIHGB está dividido em duas partes. A primeira contém dois capítulos que se vinculam ao número especial de *O Jornal*, e na segunda são reunidos artigos e escritos do *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Do imparcial*, *Correio Paulistano*, *O Paiz*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. No capítulo I, intitulado “D. Pedro Segundo”, são agregados 29 textos, já o capítulo II, “O homem público e os problemas”, contém 26 textos. A segunda parte — “ARTIGOS DE OUTROS JORNAES” — reúne 45 artigos, textos em jornais e discursos. Essa edição comemorativa reúne 100 textos que visam narrar e comemorar o Imperador e o seu tempo.

Na primeira parte da Revista, na seção especial do *O Jornal*, no capítulo I, intitulado “D. Pedro Segundo – Número especial do ‘O Jornal’ – Apreciações geraes”, estão localizados os seguintes textos: “O maior dos brasileiros”, de Antônio Candido Rodrigues, e “D. Pedro II”, de Mario de Alencar. No capítulo II — “O homem publico e os problemas” —, encontra-se o terceiro texto de autoria de Mario de Vasconcellos, “Pedro II e a Política Internacional”. Na segunda parte da RIHGB, na seção “ARTIGOS DE OUTROS JORNAES”, estão localizados os demais textos: “D. Pedro II”, de Mesquita Pimentel; “D. Pedro II defensor da unidade nacional”, de Alfredo Balthazar da Silveira; “Magni nominis umbra” de Alfredo Nascimento, originalmente publicados no *Jornal do Commercio*. Reunidos na mesma seção, os textos “Gloria ao magnânimo”, de Affonso Celso, e “O imperador”, de Porto da Silveira, aparecem pré-editados pelo *Jornal do Brasil*. Os letrados que participaram dessa edição comemorativa, em especial os que tiveram seus textos selecionados para análise, viveram a transição do Império para a República e desempenharam funções políticas de destaque, alguns atuaram como homens de leis, jornalistas, professores, médicos, diplomatas e ocuparam cargos administrativos — trata-se de homens pertencentes a uma elite intelectual do período.

Os oito textos selecionados oferecem a possibilidade de reflexão acerca dos significados, impressões e sentimentos que conformam os sentidos dessa comemoração de D. Pedro II, portanto, a seleção de tais textos se justifica pelas potencialidades que tendem a oferecer, mostrando as intencionalidades, o impacto e a relevância dessa comemoração. O rol de textos faz parte de uma construção historiográfica, produto de um lugar social associado a um conjunto de práticas científicas e de uma escrita, que se empenharam na construção de uma narrativa comemorativa em memória de D. Pedro II e o seu tempo. O papel da comemoração presente nesses textos da RIHGB se dedicou à montagem de um homem e do seu tempo, construídas em 1925, empreendimento realizado pelo corpo de letrados da Revista. No primeiro momento,

o artigo se dedicará a apresentar um conjunto de narrativas que tratam sobre a memória do Imperador, que refletem sobre as implicações envolvidas no ato de comemorar e as construções de imagens do monarca associadas ao ato comemorativo. No segundo momento, será dado destaque para as narrativas biográficas acerca das virtudes do Imperador, sobre os considerados grandes feitos, sua trajetória, as memórias do Segundo Império, os sentidos e significados sobre o papel da comemoração presentes nos textos do periódico.

## COMEMORAÇÃO, MEMÓRIAS E IMAGENS DE D. PEDRO II

O texto publicado pelo jurista e político brasileiro Antônio Candido Rodrigues (1850-1934), “O maior dos brasileiros”, presente na primeira parte da RIHGB na seção especial do *O Jornal*, no capítulo I, ressalta o centenário de nascimento do monarca, a partir de inúmeros elogios direcionados ao Imperador, idealizado como o “líder representante da realeza”, “saudoso Chefe da Nação Brasileira”, além de “bom e magnânimo”<sup>22</sup>. Na concepção do autor, a figura ilustre do monarca foi um fio condutor para que a nação alcançasse a honra e o progresso, despertando nas outras nações “civilizadas” o sentimento de admiração e respeito pela pátria brasileira. No final do regime monárquico, Candido Rodrigues, movido por uma ideia de história processo, acreditava na inevitabilidade do país se tornar uma República — segundo a narrativa, gradualmente a nação vai se tomando dos princípios de liberdade, igualdade, fraternidade e justiça. Mesmo na República a memória do monarca ficou registrada no imaginário do povo brasileiro, cultuado como um exemplo a ser seguido, marcados por fortes tributos de patriotismo e heroísmo. Esse caráter exemplar em relação aos seus grandes feitos individuais figura um dos aspectos da narrativa histórica Oitocentista, esse traço da narrativa traduz uma “unidade épica” a qual se centra o curso dos acontecimentos em torno de um único personagem<sup>23</sup>.

O monarca é construído como herói e patriota, tido como o responsável por conferir uma totalidade de sentido à história brasileira, uma vez que, segundo o autor, elevou a nação ao status da honra e do progresso da nação, uma crença alimentada por esses letrados na República. Ao final do texto, Candido Rodrigues evoca o sentimento de comemoração, ressaltando o órgão da imprensa *O Jornal*: “Bem haja *O Jornal* que tão bela e patrioticamente comemora em suas páginas a data centenária do nascimento de D. Pedro II que o povo com razão intitula o

22 RODRIGUES, 1927, p. 11.

23 OLIVEIRA, M. da G. de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. *Varia História*, v. 26, p. 283-298, 2010. p. 285.

maior dos brasileiros”<sup>24</sup>. Conforme destaca o autor, essa comemoração vem acompanhada de uma construção da imagem de D. Pedro II como o “maior dos brasileiros”, o herói e patriota, implicando em um ato de reconhecimento dos feitos do monarca.

Ainda parte do número especial do *O Jornal*, o advogado, poeta e jornalista Mario de Alencar (1872-1925) apresenta no texto “D. Pedro II” suas lembranças sobre o Imperador enquanto estudante do Collegio D. Pedro II, entre os anos de 1883 e 1888. Na lembrança do autor, os olhos azuis do monarca não abriam margem para a comunicação e o seu semblante parecia de um “chefe de forças” quando falava, “era ainda com ar que abstraía a pessoa do interrogado, e como a voz tinha um timbre desagradavel”, e quando pretendia ser paterno, o seu sentimento e seus modos pareciam apáticos<sup>25</sup>. A presença do monarca era afínca nos exames finais na instituição de ensino, seu comparecimento revelava semelhante a um “inspetor geral de instrução”, por vezes submetia os alunos a interrogatório acerca do conhecimento adquirido sobre a matéria em aula. Essas ações feitas acerca do monarca contribuem para a construção ligada à imagem do professor e interessado na educação. Alencar aponta-o como uma figura de grande representatividade, digno de excelência moral e política daquele tempo. Conforme a narrativa, a postura do Imperador como de caráter rígido e autoritária na instituição de ensino permite dimensionar os ruídos dessa postura na sua ação política, o que nos possibilita pensar que, assim como um “chefe de forças” e um “inspetor geral da instrução”, talvez ele agisse da mesma forma no cenário político em que governou.

Partindo para a questão da comemoração, o jornalista apresenta que a pretensão das comemorações centenárias não consiste em um ato de louvar ou honrar, mas trazer à tona “[...] relativa verdade histórica, os depoimentos, as afirmações e suposições pessoais dos contemporâneos [...]”<sup>26</sup>. A contribuição do autor se desdobra a partir da sua lembrança, memória e impressões do imaginário do próprio como estudante do Colégio D. Pedro II, acerca da presença do Imperador na instituição. Sobre a lembrança, o seu exercício comprova um dos objetivos referentes ao ato de memória, essa finalidade consiste em “lutar contra o esquecimento” e “arrancar alguns fragmentos de lembrança à ‘rapacidade’ do tempo”<sup>27</sup>. A lembrança presente nas reflexões do autor se evidencia no acolhimento e recebimento referente

24 RODRIGUES, 1927, p. 13.

25 RODRIGUES, 1927, p. 171.

26 ALENCAR, M. D. Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 169.

27 RICOEUR, 2007, p. 48.

a um conjunto de imagens do passado monárquico, essa ação consiste em um ato em que a “memória é exercitada”<sup>28</sup>.

Destacado como um chefe de Estado, dedicado aos estudos, de ânimo pacífico, de viver simples e patriarcal, o texto “Pedro II e a Política Internacional”, de Mario de Barros e Vasconcellos (1878-1949), parte da mesma seção do *O Jornal*, apresenta que a intervenção na política internacional de D. Pedro II foi benéfica e de tendência conciliadora. O letrado aponta que a “personalidade internacional” do Segundo Reinado gradualmente se definia ao mesmo tempo que o monarca revelava seus predicados pessoais, como incentivador da construção de uma mentalidade nacional, fortalecendo a formação de sua imagem como uma figura nobre e essencial para a política interna do país. O autor apresenta que os rumos políticos internos do Brasil pretendiam a unidade nacional e a consolidação do regime. Já os rumos políticos externos voltavam-se para garantir a integridade territorial de modo a fortalecer a personalidade internacional do país. Os estados europeus depositavam mais confiança em D. Pedro II se comparado ao governo dos demais países da América do Sul, uma vez que apresentava algo em comum com os governantes e políticos europeus, como as relações de parentescos e amizades. Ao contrário, os países vizinhos estavam em estado de caudilhagem, sem ordem alguma. Na região do Prata, o Império buscou firmar pactos com alguns países como Uruguai, Paraguai e Argentina. Para concretizar a situação do Brasil mediante a política mundial, Vasconcelos apresenta a ligação do governo em pactos de interesse gerais, participação em congressos e conferências que destacavam o país cada vez mais, principalmente no cenário internacional, sobretudo aos olhos da Europa.

Por consequência de seus dotes pessoais, no qual conferiam prestígios ao seu reinado, a fim de consolidar o fortalecimento da personalidade internacional do país, o autor enfatiza que “merece o grande monarca o preito que lhe tributa hoje o Brasil republicano”.<sup>29</sup> Isto é, naquele presente republicano, dado aos inúmeros atributos e feitos do monarca, tornava-se justo para o autor o ato de comemoração em prol do centenário de seu nascimento. Há aqui uma inquietação do autor em justificar a comemoração e, para ele, o ato se torna justo devido aos seus atributos e feitos.

As narrativas apresentadas na primeira parte da Revista, na seção especial do *O Jornal*, apontam que a memória de D. Pedro II ficou registrada no corpo social brasileiro; a partir desses

28 RICOEUR, 2007, p. 71.

29 VASCONCELLOS, M.B. Pedro II e a Política Internacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 313.

escritos, o monarca foi idealizado como um bom caráter exemplar, imbuído de qualidades patrióticas e heroicas. Tal construção do monarca foi pautada por uma prática de escrita moralizante, elogiosa, de glorificação e passadista, isto é, com uma forte veneração aos grandes feitos do passado. No ato de comemoração há a construção de sua imagem como o “maior dos brasileiros”, herói, patriota, há também a associação de sua imagem à figura do professor e interessado na educação. Essa historiografia urdida por essa edição comemorativa, ou seja, por esse lugar social composto pela elite letrada, narra que sua imagem se fortaleceu como uma figura nobre e fundamental para a política do país. Essas lembranças evidenciam a criação de um conjunto de imagens do passado monárquico, recuperadas a partir de um exercício de memória pelo ato de comemoração que se opera por esses escritos reunidos na RIHGB. Essa escrita da história se deu em uma Instituição (IHGB), o que evidencia que essa história/memória do Imperador e do Império se articulou ao lugar de “produção socioeconômica, política e cultural” do período<sup>30</sup>.

### COMEMORAÇÃO, TRAJETÓRIA DE UM HOMEM DE VIRTUDES E AS MEMÓRIAS DO IMPÉRIO

Ao encontro das narrativas elencadas anteriormente, o artigo “D. Pedro II”, de autoria do jornalista, escritor e diplomata português Alfredo de Mesquita Pimentel (1871-1931), texto localizado na segunda parte da Revista, na seção intitulada “ARTIGOS DE OUTROS JORNAES”, descreve que o espírito que sustentava as homenagens no momento da comemoração era superior a qualquer “paixão partidária”, batalhas entre facções e pequenos problemas políticos. O que pautava o espírito comemorativo eram as aspirações nacionais e os homens mais notáveis da história, pois o monarca era digno por suas ações, sua pureza, sabedoria, nobreza e por ser considerado o mais culto do país. Os homens republicanos contemplavam o monarca como “ímpoluto chefe de Estado”, “homem de bem”, eles puderam associar “com inteira isenção de animo á glorificação da obra de D. Pedro II”<sup>31</sup>. Nas palavras do autor, tiveram que implantar a República em protesto à Monarquia, porém, a pessoa do monarca continuava sendo venerada e respeitada, assim, evidencia-se, naquele momento, a separação da imagem de D. Pedro II do regime político monárquico. A imagem do Imperador passava por um processo de reabilitação na República, o que demonstra de forma veemente a ideia de tentar dissociar

30 CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 47.

31 PIMENTEL, A. M. D. Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 565.

Pedro II do Império — para os republicanos, deveria ser digno de honra a pessoa do monarca, e não o regime monárquico:

[...] o imperador estava sendo reabilitado até mesmo por republicanos históricos. A idéia era mais uma vez separar o imperador do Império. Para os republicanos, D. Pedro aparecia como o melhor deles; para os monarquistas o elogio era, claro, outro. De uma forma ou de outra, acabava-se apoiando o centenário: estranha aliança entre o velho e o novo. Festejava-se o rei destronado, mas não o regime abolido. Na memória popular, o brilho da realeza é que era selecionado<sup>32</sup>.

Considerando que a República se encontra em crise, houve esforços em tentar consolidar a legitimidade do regime. A reabilitação da imagem de D. Pedro II se fazia importante naquele momento, uma vez que a tentativa de produção de seus próprios símbolos falhou, sobretudo no plano imagético e simbólico. Os agentes da República não foram felizes no empreendimento de criação de um “imaginário popular republicano”<sup>33</sup>. Entretanto, isso não significa dizer que nenhum aspecto vingou, houve algumas questões que tiveram sucesso, mas isso se deu porque apresentavam uma ligação com a “tradição imperial ou valores religiosos”<sup>34</sup>.

Houve, nas primeiras décadas da República, um duelo de “símbolos e alegorias”, parte essa integrante das guerras<sup>35</sup> “ideológicas e políticas”, cuja intenção residia em moldar o “imaginário popular”<sup>36</sup> conforme os valores republicanos. Considerando que a República enfrentou tais dificuldades, as imagens dos símbolos monárquicos são remodeladas e reconduzidas ao propósito republicano, a própria figura de D. Pedro II é sujeita a esses interesses, em que ele é reconhecido como “herói nacional” em 1922, na festa do centenário da Independência do Brasil. Criou-se na República um inédito panteão de heróis, formado por personalidades monárquicas e republicanas, e D. Pedro II aparecia entre eles, assim como Tiradentes, Deodoro e Rui Barbosa<sup>37</sup>.

No tocante à conduta do monarca, considerando-a “profícua e meritória”, Mesquita Pimentel cria em sua escrita a figura de um grande homem que produziu ações exemplares que se transmitiu de gerações para gerações. Conforme o letrado, a virtude principal do monarca foi

32 SCHWARCZ, 1999, p. 757.

33 CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 11.

34 CARVALHO, 2017, p. 141.

35 Os republicanos buscavam se lançar no fortalecimento de uma tradição republicana, suplantando o regime imperial. Por outro lado, os monarquistas buscaram resgatar a tradição imperial. Nesse embate, os republicanos venceram a guerra política no presente, no entanto, os monarquistas venceram o duelo simbólico que vingou no futuro. O regime que decaiu virou o “ápice da civilização” e o regime republicano se tornou “ruína” (ALONSO, A. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na Primeira década republicana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, 2009. p. 134).

36 A formação de um imaginário é parte essencial da consolidação de qualquer sistema político. É através do imaginário que se pode contemplar a cabeça, o coração, aspirações, medos e esperanças de uma coletividade. É por meio dele que se concentram e se definem identidades, objetivos, se definem inimigos e onde se organiza a noção das temporalidades, passado, presente e futuro, de uma sociedade (CARVALHO, 2017, p. 11).

37 SCHWARCZ, 1999, p. 748.

a magnanimidade, e a partir desse atributo decorreu outros, como chefe exemplar de família, dignidade pessoal, extraordinária benevolência etc. Em sua crença, as virtudes políticas do imperante se mostravam a partir da resolução e participação de grandes feitos nacionais, como a extinção do tráfico negreiro, a unificação e pacificação do país, supremacia internacional do Império, limitação do poder temporal da Igreja, estabelecimento da verdade eleitoral, emancipação dos escravizados e outros.

Como narrado anteriormente, os considerados grandes feitos do Monarca parecem estar associados aos feitos tidos como republicano. As condutas de D. Pedro II se aproximam da postura política de um republicano, como a luta em prol da abolição, o processo de unificação do país, o fortalecimento da nação para além de suas fronteiras etc. Pimenta aponta que no reinado de D. Pedro II consolidou-se a mais perfeita ordem com a presença de uma liberdade ampla, com o desenvolvimento das artes e ciências. Tal governo era respeitado e estimado, pois refletia a prosperidade da economia nacional, por meio das finanças públicas do Império. O discurso apontado revela um ideal de República, isto é, ao identificar no passado os grandes feitos do monarca e a prosperidade do Império, o letrado projeta tais valores que parecem remeter para um ideal de República. Pela narrativa, é almejado um modelo de República aos moldes do Segundo Império, e ao engrandecer os atos de D. Pedro II, aproximam-no das ações de um republicano. A partir disso, é possível citar a produção de narrativas semelhantes disseminadas pelos “republicanos” do contexto imperial, em que se percebe a formação de uma “tradição” dessa operação de memória/história, na qual remete a construção do rei como um “bom governante”, “moderado”, “o primeiro cidadão” e “defensor da lei”<sup>38</sup>.

Sobre a prosperidade do Segundo Reinado, o autor aponta que nem todos os atos eram decorrentes de ações diretas do governo de D. Pedro. Pimentel ressalta que houve a participação dos homens públicos que contribuíram no processo de elaboração nacional, a partir da iniciativa de ações particulares, orientações e conselhos. Ao certo, o autor não consegue definir com exatidão o que foi obra decorrente da ação pessoal de D. Pedro e o que foi obra realizada pelos estadistas — homens públicos ou das causas naturais. Sobre todo esse conjunto, independentemente dos autores das ações, constatou-se que foram de grande valia para a formação da civilização nacional.

38 Sobre a tradição da produção de narrativas pelos republicanos, ver: FERREIRA, P. B. C. A história da independência do Brasil desenganada e as memórias sobre a Confederação do Equador na trajetória de João Soares Lisboa. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 48, p. 1-17, 2022; FERREIRA, P. B. C. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017; SCHIAVINATTO, I. L. *Visualidade e Poder: Ensaio sobre o mundo lusófono (1770-1840)*. Campinas: Unicamp, 2022. p. 480.

Esses fatos escritos por Pimenta apresentam um relato seletivo de memórias do passado na qual compõem a narrativa, consistindo em uma estratégia no combate ao esquecimento para o presente republicano, principalmente na intenção de construir o Segundo Reinado como um período de liberdade ampla, de grande crescimento econômico, apresentando um significativo desenvolvimento das artes e ciências. Ações essas decorrentes não só da ação do Imperador, mas também do agir dos estadistas e da ocorrência das causas naturais.

Descrito como aquele que acreditava no Império da justiça e orientava as atividades da nação com a plena consecução de seus ideais, a figura de D. Pedro II é talhada no texto “D. Pedro II defensor da unidade nacional”, de autoria de Alfredo Balthazar da Silveira<sup>39</sup>, como “gloriosa por vários títulos”<sup>40</sup>. Conforme o letrado, o monarca acreditava no Império da justiça e orientava as atividades da nação com a plena consecução de seus ideais. O Imperador compreendia a lei como uma providência que se destinava a orientar os interesses da nação. Destaca-se que no Segundo Reinado houve alguns atos conspiratórios contra o monarca e contra as liberdades públicas. Havia protestos que diziam que o governo era indigno, com um monarca estimado pelos seus preceptores. Por isso, Alfredo Balthazar afirma que D. Pedro II soube lidar com a situação de forma moderada e prudente. Em 1840, a imprensa, segundo o autor “divorciada dos seus fins”, foi a grande difamadora dos homens públicos, pois estes não satisfaziam os anseios dos que dirigiam esses meios, “não enchendo-lhes as algibeiras e transigindo em questões de dignidade individual”. A opinião pública se deixou guiar como verdadeiras as informações espalhadas pela imprensa, ou seja, “aceitava como definitivos e verdadeiros os seus conceitos”. Tal ação realizada pela imprensa é chamada pelo autor de “balburdia”<sup>41</sup>.

Remontando ao período regencial (1831-1840), Silveira contempla em sua narrativa uma série de fatos e circunstâncias políticas do período anterior. Isso se explicita quando narra sobre o desenvolvimento de um espírito popular nos primeiros momentos da regência. Tal espírito deixou-se convencer pela influência dos revoltosos e se espalhou pelas províncias do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, com a presença de “grandes vultos” que ajudaram a compor a oposição. Para o autor, essas revoltas se deram em razão de uma “violenta oposição” em decorrência da atitude de certos representantes do ministério — Antonio Carlos (1773-1845) e Limpo de Abreu (1798-1883) — que demitiram vários presidentes de províncias, além de juízes, comandantes, oficiais da guarda nacional, entre outros. A unidade nacional estava em

39 Sem informação referente ao ano de nascimento e morte do autor.

40 SILVEIRA, A. B. D. Pedro II defensor da unidade nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 571.

41 SILVEIRA, A. B. D., 1927, p. 572.

risco, e os “bons brasileiros” estavam preocupados com o desabamento da “peça arquitetônica social”, isto é, a nação<sup>42</sup>.

Após apresentar o contexto político anterior, o letrado aponta que quando D. Pedro II assumiu o poder, não desconhecia o risco de desmembramento do Brasil, portanto, encarregou a tarefa de pacificar as revoltas que aconteciam nas províncias ao militar e político brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva (1803-1880). Tais movimentos revoltosos consumiam as energias dos soldados e enfraqueciam os cofres públicos. Na resolução dos conflitos cabia ao monarca continuar sua postura administrativa do país, de modo a promover a prosperidade e impor o respeito. Balthazar apresenta que em D. Pedro II eram admiradas as grandes virtudes cívicas e domésticas, a qual constituíam o seu caráter. Quando o pequeno príncipe completava 10 anos de administração, percebeu-se a eliminação do espírito caudilhista que reinava nas províncias brasileiras, resultado do seu empreendimento na manutenção da autoridade, marcado pelas qualidades de justiceiro e clemente.

Ao longo da narrativa, além de dar destaque ao tempo que sucedeu a posse do Imperador ao poder, Silveira enfatiza as virtudes e qualidades do monarca, construindo o seu caráter como justo, benigno e magnânimo. Sua imagem é associada à sabedoria, ligado aos estudos da língua e história nacional. No entanto, mesmo com tantas qualidades e virtudes, destaca que D. Pedro II enfrentou em seu reinado atos conspiratórios que atentaram contra a liberdade pública, as revoltas que disseminaram pelas províncias do país tentaram colocar em risco a unidade nacional. Mediante a essas problemáticas, é ressaltado que o monarca conseguiu lidar com essas conjunturas que atentavam não somente contra a sua integridade moral, mas contra a integridade territorial do Império. Dado esses feitos, o autor aponta que o monarca dignificou o próprio trono, glorificou o seu povo, assim, é contemplada como justa a comemoração do seu centenário de nascimento. Ao destacar a comemoração como justa, evidencia-se que há um esforço contínuo de não apenas comemorar, mas justificar tal ato, parece haver um certo incômodo envolvendo essa comemoração que perpassa os outros textos reunidos na Revista.

Tratando de forma breve a trajetória de D. Pedro II no texto “Magni nominis umbra”, o diretor e professor Alfredo Nascimento (1866-1951) narra que muito cedo Pedro de Alcântara, quando só tinha 10 anos, era órfão de mãe e de pai, sendo que aos 4 anos já havia sido deixado sob os cuidados de um tutor. Às mães brasileiras era pedido:

[...], adoptai o orphão coroado; dai-lhe todas um lugar na vossa família e no vosso coração. Ensinai á sua voz terna as palavras de misericórdia que consolam o infortúnio,

42 SILVEIRA, A. B. D., 1927, p. 572.

as palavras de patriotismo, que exaltam as almas generosas; e, de vez em quando, sussurrai ao seu ouvido o nome de sua mãe de adoção<sup>43</sup>.

O pequeno príncipe ficou sob a tutela do estadista brasileiro José Bonifácio (1763-1838), a partir de 1833 passou aos cuidados do marquês de Itanhaen, Manoel Ignacio de Andrade Souto Maior (1782-1867). O sentimento materno era atribuído por D. Marianna Verna de Magalhães Coutinho (1779-1855), a condessa de Belmonte. D. Pedro se desenvolveu nos estudos, tornando-se um “philosopho de espírito culto, character mirifico, prototypo de raras virtudes pessoas, de cuja grandeza sempre deu provas em todos os transes da vida afanosa”<sup>44</sup>. Durante meio século de reinado, D. Pedro II era um grande brasileiro, responsável por deter o maior e o mais sagrado amor à sua terra, contemplado por apresentar grandes qualidades pessoais, aliado ao espírito culto além dos atributos morais que dignificavam a sua personalidade. O monarca “percorreu e perlustrou” arquivos, bibliotecas, museus, institutos, academias, também conviveu com grandes mentalidades, pessoas vinculadas às artes, letras e ciências, pessoas de variada cultura e dotes intelectuais. Projeta-se, a partir da narrativa do professor, a imagem de D. Pedro II como o “órfão da nação”, a sua imagem também é associada a um filósofo e é destacado o seu interesse por instituições ligadas às artes, letras e ciências. O estadista britânico e político liberal William Ewart Gladstone (1809-1898) qualificou o Segundo Reinado como uma “democracia coroada”<sup>45</sup>, uma vez que, segundo o médico, o Império fundou a liberdade, dessa forma, o autor considera como justificada a saudade de sua época. Por considerar o Segundo Reinado como um período em que se fundou a liberdade, para o autor é justo o sentimento de saudade da época do Império, assim, para ele, nesse momento tão singular do centenário de nascimento do Imperador, o Brasil se volta ao passado, reconhece e concede homenagens ao grande vulto da história, uma grande personificação da pátria que ele sempre dignificou.

Ao construir o tempo do Imperador como um período em que se deu a liberdade, mais uma vez há uma intenção de justificar esse movimento de volta ao passado monárquico, servindo como exemplo ao regime republicano. Segundo o autor, a “justiça de Deus na voz da história” se inscreve nas páginas do grande período do seu reinado. Sobre a questão da justiça, termo mobilizado pela escrita do autor, “ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever

43 NASCIMENTO, Alfredo. Magni nominis umbra. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 673.

44 NASCIMENTO, 1927, p. 675.

45 NASCIMENTO, 1927, p. 681.

de memória a forma do futuro e do imperativo”<sup>46</sup>. Assim, o dever de executar a justiça implica em um dever de memória, por meio da lembrança, como se evidencia nessa narrativa.

Rememorado como um “brasileiro ilustre”, referindo-se a D. Pedro II, o professor, poeta e político brasileiro Afonso Celso (1860-1938), no texto “Gloria ao magnânimo”, publicado no *Jornal do Brasil*, apresenta que o caráter e as virtudes do Imperador não colocaram abaixo a honra do Brasil, desempenhou durante todo o seu reinado altas funções com boa intenção e ânimo reto. Segundo Celso<sup>47</sup>, mesmo Quintino Bocaiúva (1836-1912), um dos maiores propagandistas do regime republicano, reconheceu as qualidades do Imperador, merecedor do respeito dos seus adversários. Era um exemplar funcionário público, pois desempenhava com zelo e grande empenho as pesadas funções no decorrer dos 50 anos.

Para Celso, a comemoração significava para aquele tempo um movimento de opinião pública bem conduzida, orientada e justa. O autor também adverte para a necessidade de não diminuir o valor desse movimento, é preciso que o espírito do Imperador seja exaltado, acima das competições e divergências, é fundamental que seja evocada a “fé patriótica” para a contemplação unânime da “imagem augusta de um concidadão”. “Nelle o soberano dignificava os soberanos, o brasileiro patenteou-o a quanto podem ascender os filhos do Brasil, educados no Brasil e servindo no Brasil”<sup>48</sup>. A rememoração sobre o caráter e as virtudes do monarca feita pelo Conde pode ser contemplada como um “trabalho de lembrança”<sup>49</sup> e evidencia a recordação desse passado que, além de evocá-lo, é transformado em ordem para o tempo presente. O termo rememoração, empregado pelo autor, pode ser entendido como um “sentimento da distância temporal”<sup>50</sup>, visando consolidar uma ponte entre dois tempos, isto é, o seu presente com o passado. Isso é explícito em toda a narrativa desse texto, visto que Afonso Celso apresenta as memórias de D. Pedro II como exemplares e dignas para o seu presente, demonstrando uma ponte entre dois tempos, o passado monárquico com o presente republicano.

Se aproximando das ideias proferidas pelas narrativas anteriores, o texto “O imperador”, publicado no *Jornal do Brasil* e de autoria de Porto da Silveira<sup>51</sup>, lançou luz sobre as “imensas virtudes” do rei patriota, tido como neto do Imperador romano, Marco Aurélio (121-180) — considerado em seu período um bom governante, lembrado como um homem culto e bem-

46 RICOEUR, 2007, p. 101.

47 CELSO, A. Gloria ao magnânimo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 786-789.

48 CELSO, A. Gloria ao magnânimo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 789.

49 RICOEUR, 2007, p. 55.

50 SILVA, H. R. da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.* [on-line], v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. p. 428.

51 Sem informação referente ao ano de nascimento e morte do autor.

sucedido e dedicado aos estudos de filosofia. Suas ações políticas, assim como sua influência nos destinos do Brasil, tornaram-se temas favoritos pelos historiadores e sociólogos. Sobre a personalidade do Imperador, percebe-se nele um “estadista de larga visão”, de grandes pretensões, com a intenção de provocar e promover grandes reformas, “[...] sagram-no um chefe de governo prudente, tolerante, amigo do seu povo e da pátria”<sup>52</sup>.

Segundo a narrativa, um dos momentos mais significativos sobre a vida de D. Pedro foi o dia em que recebeu a notícia de que os escravos foram libertos, circunstância em que ocorreu a abolição. Como consequência, ele apresentou um olhar iluminado, “como se novo sopro de vida o invadissem”<sup>53</sup>, o que demonstrava o seu contentamento frente à aprovação da lei, porém, mesmo que tal ato o arrebatasse sentimentalmente, não foi suficiente para que se livrasse do leito, pois nesse período D. Pedro II se encontrava enfermo. Por mais que o Imperador se colocasse como favorável à causa abolicionista, demonstrando seu contentamento frente ao fim da escravidão, cabe destacar que o Segundo Reinado se fundamentou em uma economia pautada pela riqueza produzida pela mão de obra escrava, não só em questão de ordem econômica, mas também houve a formação e constituição dos moldes sociais, culturais e políticos que se sustentavam, em grande parte, em uma civilização escravista<sup>54</sup>.

Assim, a partir da narrativa anterior, é possível apontar um paradoxo entre a vontade do monarca contra o regime escravista, que se deu somente no fim de seu reinado, e a continuidade desse regime durante todo o Império, de modo a formar uma civilização escravista que vinha desde seus antecedentes. Nesse sentido, no tocante à comemoração, quando a República rememora a “idade de ouro”, isto é, o apogeu do Segundo Reinado, também é trazido à tona a questão da impossibilidade de dissociar da glória do Segundo Império da escravidão africana, visto que o “edifício político e institucional do Segundo Reinado era sólido porque repousava sobre a força material e a riqueza geradas pela escravidão”<sup>55</sup>.

Como relatado por Porto da Silveira, considerava-se D. Pedro apaixonado por seu povo e redimindo de falhas e erros. Rendeu-se a ele grande veneração no ato comemorativo. E, consoante Porto da Silveira, “As comemorações solenes, com as quaes será evocado hoje em todo o paiz o centenário do nascimento de D. Pedro II, têm dupla significação; traduzem preitos de justa admiração ao grande monarca e desnudam a alma nobre do povo brasileiro”<sup>56</sup>.

52 SILVEIRA, P. O imperador. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, 1927. p. 794.

53 SILVEIRA, P., 1927, p. 794.

54 SALLES, R. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 10.

55 SALLES, 2013, p. 10.

56 SILVEIRA, P., 1927, p. 794.

Percebe-se que as narrativas analisadas, presentes na segunda parte da RIHGB, na seção intitulada “Artigos de outros jornaes”, lançaram mão sobre as virtudes cívicas, domésticas e políticas do Imperador, revelando tais atributos por meio de uma forma de escrita que buscou evidenciar grandes feitos do monarca no passado, destacando a sua participação no fim do tráfico negreiro, na unificação territorial, pacificação do país e abolição da escravidão. As narrativas apresentam o Império como um período de grande prosperidade, liberdade, crescimento econômico, desenvolvimento das artes e ciências, no entanto, também aponta que foi um momento marcado por ações revoltosas, controvérsias e conspirações políticas. Essa construção historiográfica urdida pela IHGB pautou-se por uma escrita episódica e heroica, que buscou exaltar os grandes momentos da trajetória de vida de D. Pedro II com a intenção de transmitir para a posteridade um retrato moral<sup>57</sup> e exemplar de uma vida ilustre.

A comemoração aparece nesse conjunto de escritos como um ato louvável devido aos feitos do monarca, significando o movimento de caráter muito bem conduzido, orientado e justo à memória do Imperador e do Império. Tratam-se esses atos comemorativos de construções humanas que se operam pela escrita da história em que o passado é recordado para a sustentação da ordem simbólica<sup>58</sup>. A fabricação dessa história está circunscrita a determinações próprias da instituição. É nesse lugar em que se definem os métodos, em que se desenha uma “topografia de interesses”<sup>59</sup>, recortando e selecionando os momentos do passado que interessam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, a comemoração foi justificada e o seu sentido assumiu variados significados. Com as justificativas apresentadas, entenderam a comemoração como uma forma de reconhecimento pelos grandes atributos e feitos do monarca, ou seja, uma forma de gratificação ao Imperador por suas qualidades pessoais e suas condutas, colocando-o como merecedor de tais homenagens e honra. Acerca dos significados da comemoração, para um dos autores, consistiu em trazer uma narrativa sobre a “verdade histórica”, afirmações, testemunhas e suposições dos contemporâneos acerca da memória do Imperador<sup>60</sup>. Outros atestam que houve a necessidade de comemoração no presente republicano, entendida como uma forma de gratificar o monarca pelas suas qualidades pessoais e feitos ao longo do

57 Sobre a questão da criação de um “retrato moral”, ver: MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

58 GUIMARÃES, M. L. S. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em revista*, Pelotas, v. 6, p. 8, 2000.

59 CERTEAU, 2011, p. 47.

60 ALENCAR, 1927, p. 169.

Segundo Reinado<sup>61</sup>. Destacou-se que o espírito que sustentava o sentimento de comemoração era imbuído de algo superior a quaisquer batalhas partidárias, facções e as problemáticas políticas. A comemoração naquele momento também foi entendida como um período singular, em que a República se voltou ao passado, reconheceu e concedeu homenagens a D. Pedro II, considerado como um grande vulto da história. Outros testificam que o significado de comemoração foi um “movimento de opinião pública” a qual se desdobrou de forma orientada e justa. Momento em que se deu a evocação da “fé patriótica” e traduziu um momento de contemplação homogênea a figura augusta do Imperador<sup>62</sup>.

O centenário de nascimento do monarca foi comemorado a partir de inúmeros elogios direcionados à figura de D. Pedro II e seu reinado. O sentimento de comemoração, representado textualmente pelas narrativas, veio acompanhado de um empreendimento de memória, no qual se buscou selecionar no passado monárquico imagens, fatos, circunstâncias e valores do presente da República. Ao longo desse empreendimento, foram construídas inúmeras imagens do monarca e do Império.

O Segundo Reinado foi declarado como um período de amplas liberdades, em que houve o desenvolvimento das artes e ciências, época de prosperidade da economia, em que se deu a consolidação da nacionalidade e da civilização. D. Pedro II é enunciado como bom, magnânimo, herói, patriota, filósofo, sábio, estudioso, brasileiro ilustre, tido como uma exemplaridade moral, contemplado como um modelo ideal de soberano. Tanto o Imperador quanto o Império se apresentavam como uma lição moral e exemplar à República, o tempo monárquico era soberano e perfeito, tido como uma fonte de alcance para a honra e o progresso para o futuro republicano, pretendendo registrar na memória coletiva o modo pedagógico e exemplar de um tempo, visto que o regime político enfrentava dificuldades de legitimação.

O centenário do nascimento de Pedro II entrou na agenda comemorativa do IHGB e como resultado desse empreendimento houve a publicação de inúmeros textos, sobretudo os analisados neste artigo, publicados em periódicos no ano de 1925 e, depois, selecionados para comporem o volume comemorativo da RIHGB. A produção dessa história guarda uma interlocução com o lugar de produção, procedimentos de análise e a construção de um texto. Entender a ação da RIHGB como uma atividade de operação histórica é compreender que a construção dessa história é fruto da junção entre o lugar social, de práticas científicas e de uma escrita<sup>63</sup>.

61 NASCIMENTO, 1927; PIMENTEL, 1927; RODRIGUES, 1927; SILVEIRA, 1927; VASCONCELLOS, 1927.

62 CELSO, 1927, p. 789.

63 CERTEAU, 2011, p. 47.

Dados os escritos reunidos no periódico, há no ato da construção da figura do monarca pela escrita a representação da memória e da história, resultado do empreendimento seletivo de um restrito local, onde concentrou um grande núcleo intelectual do período em que o “ex-imperador era cada vez mais glorificado por suas virtudes e esquecido em seus defeitos”<sup>64</sup>. Essas narrativas, que foram definidas a partir de um trabalho seletivo, são destacadas à exaustão em detrimento de outros aspectos levados ao esquecimento. Esses escritos que atravessam a RIHGB e comemoram o centenário de D. Pedro II consistem em um empreendimento coletivo de recordar o monarca e os acontecimentos do passado imperial. Entendemos que a figura do monarca e os acontecimentos do Império estão envoltos de uma forte simbologia e valores significativos para o tempo republicano, uma espécie de “Nostalgia Imperial”<sup>65</sup>.

A partir da exemplaridade moral do Imperador e das boas projeções do período monárquico, o Brasil contemplaria o progresso, isto é, projetaria o futuro, pois a história do passado seria o guia seguro para a vida bem-sucedida no tempo presente<sup>66</sup>. Assim, evidencia-se que o papel da comemoração consistiu em recordar acontecimentos, circunstâncias e valores, da exemplaridade do passado monárquico para o presente republicano, mediante construções das imagens do monarca e do Segundo Império, por meio dos escritos reunidos na RIHGB em 1925.

## REFERÊNCIAS

### Fonte

ALENCAR, M. D. Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 169-173, 1927.

CELSO, A. Gloria ao magnânimo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 786-789, 1927.

NASCIMENTO, A. Magni nominis umbra. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 664-689, 1927.

PIMENTEL, A. M. D. Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 565-570, 1927.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1925). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, 1927.

RODRIGUES, A. C. O maior dos brasileiros. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 11-13, 1927.

SILVEIRA, A. B. D. Pedro II defensor da unidade nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 571-575, 1927.

64 SCHWARCZ, 1999, p. 739.

65 SALLES, 2013, p. 10.

66 LOPES, M. A. *Um guia seguro para a vida bem-sucedida: exemplaridade e arte retórica no pensamento histórico moderno*. São Paulo: Unesp, 2021.

SILVEIRA, P. O imperador. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 793-795, 1927.

VASCONCELLOS, M. B. Pedro II e a Política Internacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 302-313, 1927.

### Obras gerais

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Discursos e Pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALONSO, A. Arrivistas e Decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na Primeira década republicana. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), São Paulo, v. 85, p. 131-148, 2009.

AVELAR, A. de S. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 33, p. 397-429, 2020.

BENTIVOGLIO, J. C. A História no Brasil Imperial: a produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História: Questões & Debates*, v. 63, n. 2, p. 287-315, 2015.

BENTIVOGLIO, J. C. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: BENTIVOGLIO, J.; ARRAIS, C. A. (org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Milfontes, 2017. v. 1, p. 7-25.

BONALDO, R. B. *Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CEZAR, T. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ENDERS, A. *Os vultos da nação: fábricas de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAGUNDES, L. P. *Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares Republicanos*. Curitiba: Prismas, 2017.

FERREIRA, P. B. C. A história da independência do Brasil desenganada e as memórias sobre a Confederação do Equador na trajetória de João Soares Lisboa. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 48, p. 1-17, 2022.

FERREIRA, P. B. C. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

GOMES, A. de C. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

GUIMARÃES, L. M. P. A Primeira República e as representações de D. Pedro II. In: MACHADO, M. C. T.; PACHECO, C. H. H. (org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: Edufu, 2005. p. 143-159.

GUIMARÃES, L. M. P. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, L. M. P. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, L. M. P. Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ARRAIS, C. A.; BENTIVOGLIO, J. (org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Vitória: Milfontes, 2017. v. 1, p. 26-45.

GUIMARÃES, M. L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 9-24.

GUIMARÃES, M. L. S. A Revista do IHGB e Os Temas de Sua Historiografia: Fazendo A História nacional. In: WEHLING, A. (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p. 21-41.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, M. L. S. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em revista, Pelotas*, v. 6, p. 8, 2000.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Autêntica, 2013.

LOPES, M. A. *Um guia seguro para a vida bem-sucedida: exemplaridade e arte retórica no pensamento histórico moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, L. L. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 172-189, 2º semestre 1989.

OLIVEIRA, M. da G. de. Biografia e história magistral vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil Oitocentista. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 279, dez. 2015.

OLIVEIRA, M. da G. de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. *Varia História*, v. 26, p. 283-298, 2010.

RICOEUR, P. *A memória, a história, e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

SALLES, R. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SCHIAVINATTO, I. L. *Visualidade e poder: ensaios sobre o mundo lusófono*. Campinas: Unicamp, 2022.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, H. R. da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.* [on-line], v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

Recebido em: 12/03/2023 – Aprovado em: 02/05/2023